

**GÊNEROS TEXTUAIS E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA:  
SOBRE A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO EDITORIAL JORNALÍSTICO**

**TEXT GENRES AND TEACHING OF PORTUGUESE LANGUAGE:  
ON THE HISTORICAL CONSTITUTION OF NEWSPAPER EDITORIALS**

Isa Caroline Aguiar Zanin<sup>1</sup>  
Alessandra Regina Guerra<sup>2</sup>  
Eduardo Penhavel<sup>3</sup>

**RESUMO:** Várias diretrizes educacionais brasileiras propõem que o ensino de língua portuguesa, nos níveis fundamental e médio, seja conduzido a partir da exploração dos gêneros textuais. Com base nessa orientação pedagógica, o presente artigo procura contribuir para o ensino de português analisando o funcionamento de um gênero em particular, o editorial jornalístico, comumente aceito como um dos gêneros adequados para trabalho em sala de aula. O artigo visa discutir o desenvolvimento histórico de editoriais paulistas, assumindo a hipótese de que o atual editorial provém, em grande medida, de cartas de redator do século XIX. Especificamente, o objetivo é comparar cartas do século XIX e editoriais publicados do século XIX ao XXI, para identificar possíveis aspectos em comum entre as cartas e os editoriais, no que diz respeito ao processo linguístico-textual de organização tópica, um processo central de elaboração de textos, com base na visão de que a presença de tais aspectos nos editoriais poderia ser uma influência das cartas. Examinam-se cartas e editoriais dos principais jornais paulistas, pelo método da análise tópica de textos. Os resultados revelam que, embora normalmente as cartas sigam uma regra de organização tópica e os editoriais sigam outra, há incidência considerável de cartas que seguem a regra típica dos editoriais, reforçando e especificando a hipótese de continuidade histórica entre esses textos. O artigo argumenta que resultados como esses representam contribuição significativa para o conhecimento dos gêneros e, assim, para o ensino de língua portuguesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gêneros textuais; Ensino; Editorial jornalístico.

**ABSTRACT:** Several educational guidelines in Brazil recommend that the teaching of Portuguese language, at both elementary and secondary levels, should be conducted based on the exploration of textual genres. This paper assumes such pedagogical orientation and it seeks to contribute to the teaching of Portuguese by analyzing a particular genre, the newspaper editorial, a genre that is largely recognized as appropriate to be used in teaching activities. The paper discusses the historical development of editorials published in the state of São Paulo, assuming that current editorials develop from editor's letters produced in the

---

<sup>1</sup> Doutora em Estudos Linguísticos, pesquisadora do grupo de pesquisa *Estudos sobre Interdiscursividade e Construção de Textos*, sediado na Universidade Estadual Paulista (UNESP). Rua Cristóvão Colombo, 2265, Jardim Nazareth, CEP 15054-000, São José do Rio Preto, SP, isa.zanin@unesp.br, 17 3221 2287.

<sup>2</sup> Doutora em Estudos Linguísticos, pesquisadora do grupo de pesquisa *Estudos sobre Interdiscursividade e Construção de Textos*, sediado na Universidade Estadual Paulista (UNESP). Rua Cristóvão Colombo, 2265, Jardim Nazareth, CEP 15054-000, São José do Rio Preto, SP, alessandreguerra@gmail.com, 17 3221 2287.

<sup>3</sup> Doutor em Linguística, docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Rua Cristóvão Colombo, 2265, Jardim Nazareth, CEP 15054-000, São José do Rio Preto, SP, eduardo.pehavel@unesp.br, 17 3221 2287.

19<sup>th</sup> century. Specifically, the purpose is to compare letters written in the 19<sup>th</sup> century and editorials produced from the 19<sup>th</sup> to the 21<sup>st</sup> century, in order to find if these texts share aspects regarding topic organization, a fundamental process of text elaboration, under the view that such findings could represent an influence of the letters on the editorials. The paper addresses letters and editorials of the main newspapers of São Paulo state, by using the method of the topic analysis of texts. The results show that, although letters usually follow a topic rule while editorials normally follow another one, there is considerable incidence of letters that follow the typical rule of editorials, which reinforces and specifies the hypothesis of a historical continuation between these texts. The paper argues that this type of result represents a significant contribution to the knowledge of genres and, therefore, to the teaching of Portuguese language.

**KEYWORDS:** Text genres; Teaching; Newspaper editorials.

## 1 Introdução

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), bem como outras diretrizes educacionais no Brasil, recomendam que o ensino de língua portuguesa, nos níveis fundamental e médio, seja conduzido, em grande medida, a partir da exploração dos gêneros textuais. Com efeito, a pertinência dessa orientação justifica-se por diversas razões, sobretudo pela relevância dos gêneros no funcionamento da linguagem humana. Como postula Bakhtin (2003), a linguagem é um fenômeno dialógico, é sempre usada no contexto de uma relação social entre dois ou mais sujeitos e em função dessa relação. Para o autor, em cada esfera social de comunicação, em cada contexto particular de interação verbal, os sujeitos empregam a linguagem – precisamente, constroem e interpretam textos – conforme um dado padrão, atrelado justamente às necessidades próprias de cada esfera/contexto, constituindo esses padrões os diferentes gêneros textuais praticados em uma sociedade.

Isso equivale a dizer que o uso efetivo da linguagem ocorre sempre por meio dos gêneros. Seguindo Bakhtin (2003), Marcuschi (2008) enfatiza que sempre nos comunicamos por algum gênero. Quando usamos a linguagem, estamos escrevendo ou lendo uma carta, um e-mail, um bilhete, um artigo científico, estamos produzindo ou ouvindo um podcast, uma videoaula, ou estamos nos engajando numa conversação espontânea, numa conversa telefônica, numa entrevista de emprego. E, nesse sentido, todo texto terá uma série de características associadas ao gênero a que ele pertence: em quais/quantas partes o texto se divide, qual o estilo apropriado para o texto, quais palavras e construções linguísticas são adequadas para o texto, que tipo de assunto é indicado ou não para ser abordado no texto.

Assim, no ensino de português, trabalhar com os gêneros significa romper métodos de ensino que desvinculam língua e sociedade, como o estudo puramente metalinguístico de categorias gramaticais, focado no aprendizado de nomenclatura e desligado das funções da língua e de sua gramática. Trabalhar com os gêneros significa atuar no sentido de oferecer condições para que o aluno possa conhecer diferentes práticas sociocomunicativas concretamente presentes em uma sociedade, compreender o porquê de se construir uma frase e um texto desse ou daquele modo, sensibilizar-se acerca das finalidades e dos efeitos reais do uso da linguagem. Trata-se de abordagem que tem potencial impacto positivo sobre a prática de ensino-aprendizagem em sala de aula, na medida em que pode cooperar para despertar maior interesse do aluno, que pode reconhecer conexão mais direta entre o que estuda sobre língua portuguesa e a realidade a sua volta. Ademais, a abordagem dos gêneros concorre para o propósito educacional de oferecer ao estudante condições de apropriar-se de recursos necessários para uma inserção mais satisfatória na vida em sociedade.

O presente artigo filia-se a essa orientação de reconhecimento da relevância, da centralidade, dos gêneros textuais no funcionamento da linguagem e no ensino de língua portuguesa. Mais especificamente, o trabalho focaliza um aspecto fundamental dos gêneros, que é sua constituição histórica. Conforme explica Marcuschi (2008), os gêneros textuais são práticas históricas, diretamente vinculadas a necessidades sociais e culturais dos sujeitos, de tal modo que os gêneros, nas diferentes esferas de atuação humana, são fenômenos dinâmicos, com estabilidade relativa. Na mesma direção, afirma Koch (2002) que, como qualquer outro produto social, os gêneros estão sujeitos a mudanças, decorrentes de transformações sociais, de modificações nos papéis sociais atribuídos aos interlocutores e de novos procedimentos de organização e acabamento da arquitetura verbal. Diante dessa característica fundamental de um gênero que é a sua constituição histórica, é evidente como o entendimento e o ensino de um gênero, por parte do professor de língua portuguesa, podem ser enriquecidos pelo conhecimento da história desse gênero.

Com base nessa premissa, discutimos, no presente trabalho, a constituição histórica de um gênero textual em particular, o editorial jornalístico, um dos gêneros adequados e produtivos para trabalho no ensino de língua portuguesa, conforme considerado em Köche, Boff e Marinello (2010). Em particular, nosso trabalho vincula-se a um conjunto de pesquisas já realizadas (Penhavel; Guerra, 2016; Zanin, 2018; Penhavel, 2022) que analisam a evolução histórica do editorial jornalístico, no que tange a aspectos linguístico-textuais, assumindo a hipótese de que o atual editorial provém, em grande medida, de cartas de redator

do século XIX. Essas pesquisas examinam se existem aspectos em comum entre cartas oitocentistas e editoriais publicados do século XIX ao XXI, considerando que a existência de tais aspectos pode significar que os editoriais apresentariam esses aspectos por influência (entre outros fatores) de sua ocorrência nas cartas. Tais pesquisas, de fato, têm encontrado características comuns entre as cartas e os editoriais, o que, conforme defendem, reforça a hipótese de que as cartas fariam parte da origem do editorial e contribui para mostrar como essa transição teria se efetivado.

O presente artigo integra-se a esse conjunto de pesquisas e tem o objetivo de comparar cartas de redator do século XIX e editoriais publicados do século XIX ao XXI (observando cartas e editoriais publicados em jornais paulistas), para identificar possíveis aspectos em comum entre esses textos no que tange, particularmente, ao processo linguístico-textual de organização tópica – como explicado adiante, a organização tópica diz respeito ao processo de organização (divisão) de um texto em partes em subpartes, como se vê, por exemplo, na organização de um livro, normalmente dividido em capítulos, os capítulos em seções, as seções em subseções, estas em (conjuntos de) parágrafos, e os parágrafos em subconjuntos de enunciados (sentenças).

Nesse contexto da análise histórica de cartas de redator e editoriais, Zanin (2018) defende que cartas de redator paulistas do século XIX normalmente seguem uma dada regra geral (um padrão) de construção textual que prediz a construção de cartas mediante o encadeamento de até três partes (três unidades textuais): *contextualização*, *elaboração* e *discussão*. Já Penhavel (2022) apura que editoriais paulistas veiculados do século XIX ao XXI normalmente seguem outra regra de estruturação textual: o editorial divide-se em três, quatro ou cinco blocos de enunciados e cada bloco é, então, estruturado mediante uma combinação entre as unidades chamadas de *posição* e *suporte*.

A partir da análise de uma amostra de cartas de redator complementar à amostra examinada em Zanin (2018), o presente artigo demonstra que, embora cartas do século XIX, por um lado, e editoriais do século XIX ao XXI, por outro, empreguem, majoritariamente, regras diferentes de estruturação textual, é possível identificar, em incidência considerável, cartas que usam a mesma regra típica dos editoriais (a regra *posição-suporte*). O artigo também mostra que a frequência de uso da regra nas cartas e sua frequência nos editoriais são compatíveis com a ideia de que teria ocorrido uma continuidade diacrônica entre esses textos. Como procuramos evidenciar, esses resultados, a exemplo do referido conjunto de pesquisas, reforçam a hipótese de que teria ocorrido uma sequência histórica *carta de*

*redator* > *editorial* e ajudam a especificar como teria sido essa transição.

Diferentes autores (Gomes, 2007; Zavam, 2009; Köche; Boff; Marinello, 2010; Lopes-Damasio; Jubran, 2015) explicam que o editorial jornalístico caracteriza-se por ser um texto essencialmente (por vezes, contundentemente) argumentativo (que defende, no caso, o posicionamento da redação do jornal acerca de assuntos de ordem política, econômica, social). Essa característica do editorial, a propósito, certamente contribui para torná-lo um gênero apropriado para a sala de aula, como forma de trabalhar com os alunos a produção e interpretação de textos argumentativos. Como se verá no decorrer deste artigo, as unidades de posição e suporte (típicas do editorial e que podem ter sido herdadas, em alguma medida, da carta de redator) são unidades textuais justamente argumentativas. Assim, a análise aqui oferecida deve contribuir para que diferentes leitores (especialmente professores de língua portuguesa) possam refletir sobre como teria se desenvolvido o estatuto argumentativo do editorial, traço tão relevante nesse gênero e em diversos outros praticados na sociedade e trabalhados na sala de aula.

Na próxima seção, resumimos os fundamentos teórico-metodológicos e empíricos do artigo. Na seção posterior, discutimos dados de nossa pesquisa, procedendo às demonstrações previstas. Por fim, segue a seção de conclusão.

## **2 Fundamentação teórico-metodológica e empírica**

Para proceder à análise de cartas de redator e editoriais no que concerne a sua construção textual, este artigo recorre a pressupostos teórico-metodológicos e empíricos do campo dos Estudos Linguísticos. Mais especificamente, o trabalho fundamenta-se na chamada de *Abordagem Diacrônica do Texto* (ADT) (Penhavel; Cintra, 2022), uma abordagem recentemente formulada, com base, sobretudo, nos fundamentos da Gramática Textual-Interativa (GTI) (Jubran; Koch, 2006; Jubran, 2006a, 2006b, 2007). A GTI constitui uma perspectiva que toma o texto como objeto de estudo. Em particular, a GTI caracteriza-se pela análise (sincrônica) do fenômeno da construção de textos, enfocando-o no que tange à estruturação do texto (formulação e organização globais de conteúdo informacional) e ao seu processamento interacional. Especificamente, investiga os chamados processos de construção textual, examinando processos como organização tópica, referenciação, repetição, parafraseamento, tematização-rematização, correção, parentetização, uso de articuladores textuais, entre outros.

A GTI vê as línguas e, particularmente, os textos como uma forma de interação social, de realização de ações no mundo – orientação firmada, em grande medida, no dialogismo de Bakhtin (2003). Partindo dessa visão, a GTI define um conjunto de pressupostos, dos quais cabe destacar os seguintes: (i) o funcionamento dos processos textuais é determinado, por completo, no uso, nas circunstâncias particulares de interação verbal, de modo que sua análise pressupõe considerar o contexto específico em que ocorrem; (ii) os fatores interacionais são constitutivos do texto e inerentes à expressão linguística, visão que leva a GTI a conceber, de forma integrativa, as dimensões da estruturação do texto e do seu processamento interacional, entendendo que todo processo atua em ambas as dimensões; (iii) os processos textuais operam com base em regras não de caráter determinístico (restrições), mas de caráter probabilístico (tendências de uso), ou seja, para a GTI, cada processo não é regido por regras aplicadas a todas as ocorrências do processo, mas por *regras gerais* (como se verá adiante) que *normalmente* comandam suas ocorrências (embora não necessariamente sempre).

A ADT (Jubran, 2010; Penhavel; Cintra, 2022) adere a todo o quadro teórico-metodológico da GTI e o expande com princípios voltados para o estudo *diacrônico* dos processos textuais.<sup>4</sup> Essa expansão baseia-se especialmente em duas premissas. Uma primeira diz respeito ao conceito de *implementação* dos processos. Trata-se da compreensão de que cada processo define-se por propriedades abstratas, gerais, válidas para qualquer texto e historicamente invariáveis, as quais são implementadas (usadas, concretizadas) de modo sempre particular a cada emprego do processo em um texto empírico. Assim, a ADT entende que, quanto ao funcionamento dos processos textuais, o que está sujeito a variação diacrônica não são suas propriedades definidoras (que são fixas, atemporais), mas seus usos. A segunda premissa refere-se à relação que o uso dos processos guarda com os *gêneros textuais*. É a concepção de que, a cada texto empírico, os processos são implementados conforme a ação executada pelo texto, sendo o *gênero* a instância que determina a ação a ser cumprida pelo texto – para a ADT, a ação típica de um gênero é o que costuma ser visto como a finalidade sociocomunicativa do gênero.<sup>5</sup> A abordagem concebe que cada gênero define, para cada processo, um padrão de uso, vinculado à finalidade do gênero. É nesse sentido que a ADT considera que o uso dos processos está associado aos gêneros, de tal modo que esse uso, ao

---

<sup>4</sup> Além de firmar-se na GTI, a ADT apoia-se, de modo complementar, em conceitos do modelo de Tradições Discursivas (Kabatek, 2006); a esse respeito, ver Penhavel e Cintra (2022).

<sup>5</sup> No editorial, por exemplo, a finalidade é defender a opinião da redação acerca de dada temática.

longo do tempo, fica sujeito a variações, em função de alterações que os gêneros experienciem.<sup>6</sup>

Com base principalmente nessas duas premissas, a ADT estabelece seu princípio teórico-metodológico central: o percurso diacrônico dos usos dos processos de construção de textos é parte da história dos gêneros, e, assim, a análise diacrônica de determinado processo deve ser conduzida em relação à história de um dado gênero. O conceito de gênero adotado na ADT (e assumido neste trabalho) é aquele sintetizado em Koch (2002) e Marcuschi (2008), o qual é essencialmente baseado em Bakhtin (2003). É o conceito segundo o qual os gêneros são espécies de texto relativamente estáveis, definidas em termos de conteúdo temático, estilo, estrutura composicional e, sobretudo, finalidade sociocomunicativa. Ainda com base em Koch (2002) e Marcuschi (2008), e como anteriormente citado, a ADT destaca que os gêneros são práticas históricas, vinculadas a necessidades sociais dos falantes, estando, pois, sujeitos a mudanças em razão de transformações sociais. Portanto, para a ADT, a evolução diacrônica do modo de uso de um processo, em um gênero, integra o fenômeno natural de mudança histórica desse gênero.

Conforme mencionado, este trabalho admite a hipótese de que o atual editorial jornalístico tenha se desenvolvido, em grande medida, a partir de cartas de redator oitocentistas. A hipótese é proposta e defendida nos trabalhos de Gomes (2007) e Zavam (2009), que investigam editoriais de jornais pernambucanos e cearenses, respectivamente, e se mostra pertinente também para o contexto de jornais paulistas, conforme indicam as pesquisas de Penhavel e Guerra (2016), Zanin (2018) e Penhavel (2022).

A hipótese de que um tipo de texto (no caso, o editorial) decorreria, em grande medida, de outro tipo (a carta de redator) assenta-se ainda nos postulados de Koch (2021), teórico situado no campo dos estudos sobre Tradições Discursivas, para quem o surgimento de novas práticas discursivas não é um fato independente de outras já existentes. Conforme explica o autor, uma nova tradição discursiva nunca surge *ex nihilo* (do nada), mas está sempre apoiada em uma tradição existente, ou seja, as inovações emergem de adaptações do que já existe. Exemplos fornecidos pelo autor são o caso dos primeiros panfletos que surgiram na Europa no final do século XV, depois do invento da impressão, apoiados em tradições discursivas já existentes na época, como a história (em oitava), e o caso da notícia

---

<sup>6</sup> A ADT assume que, não obstante cada emprego de um processo, em um texto real, seja um modo singular de implementação do processo, todo gênero define, para todo processo, um padrão de implementação, integrante da estrutura composicional do gênero e associado ao propósito do gênero.

de jornal, que teria se originado a partir da impressão de cartas e relatos enviados por correspondência (relatos do correspondente).

Fundamentos como esses colaboram, enfim, para embasar nosso propósito de analisar como as cartas oitocentistas teriam influenciado os editoriais, em termos de organização tópica.

De acordo com Jubran et al. (2002) e Jubran (2006c), a organização tópica é o processo nuclear de construção de textos – cf. Pinheiro (2005) para análise detalhada da noção de organização tópica. É a estruturação de um texto em partes, no que tange aos tópicos (temas, assuntos) desenvolvidos no texto. Podem ser distinguidas duas formas básicas de implementação da organização tópica: um texto pode desenvolver um único tópico, adquirindo o traço de *unicidade tópica*; um texto pode abordar dois ou mais tópicos, o que lhe confere o traço de *complexidade intertópica*.

Quando um texto exhibe complexidade intertópica, o texto inteiro trata de um mesmo tópico, o *tópico global* (TG), contendo dois ou mais fragmentos (isto é, dois ou mais conjuntos de enunciados), cada um centrado em um *subtópico* (SbT) do TG. Cada fragmento textual que desenvolve um SbT é chamado de *segmento tópico* (SegT). Assim, um texto com complexidade intertópica consistirá em um encadeamento de SegTs. Já no caso de um texto com unicidade tópica, o próprio texto inteiro constitui um único SegT. Em um texto, a formulação de SegTs é regida pelo princípio da *centração tópica*, que consiste na produção, para cada tópico, de um conjunto de enunciados concernentes entre si e que focalizam esse tópico em um fragmento do texto.

Como ilustração do processo de organização tópica, podem ser observados os estudos de Zanin (2018) e Penhavel (2022), que, como citado, examinam cartas de redator e editoriais respectivamente e cujos dados são utilizados adiante. Zanin (2018) detecta uma regra geral (um padrão) de organização tópica em cartas de redator oitocentistas, isto é, um modo de estruturação tópica verificado na maioria das cartas investigadas. Pela regra, as cartas normalmente irão exibir o traço de unicidade tópica, e cada carta conterá uma unidade de *elaboração tópica*, que, eventualmente, poderá ser precedida de uma *contextualização tópica* e/ou seguida de uma *discussão tópica*. A carta em (1), toda centrada em um mesmo tópico, contém elaboração e discussão:

- (1) [ELABORAÇÃO] Pedimos aos nossos benignos leitores desculpa de algumas incorrecções que tem 1  
aparecido nesta folha. D'ora em diante haverá todo cuidado em corrigir os artigos que tiverem de ser 2  
publicados. 3
- [DISCUSSÃO] Uma folha diaria, como a nossa, accarreta immenso trabalho em seu começo, e para 4  
superal- o escapão muitas imperfeições, que só o habito e o tempo as irá fazendo desaparecer. 5  
(*Correio Paulistano*, 07/07/1854; Zanin, 2018, p. 61). 6

Como explica Zanin (2018), a elaboração, parte principal das cartas, dirige uma mensagem aos leitores sobre a edição do jornal e/ou sobre o funcionamento da empresa. É uma unidade em que o redator faz recomendações, firma compromissos e/ou expressa sentimentos (como pedido de desculpas), sobre questões como a ocorrência de erros em matérias publicadas, o modo de submissão de cartas de leitor, o pagamento de assinaturas etc. Em (1), as ll. 1-3<sup>7</sup> formam uma elaboração, pois aí o redator expressa sentimentos e firma um compromisso sobre questões editoriais, no caso desculpa-se por incorrecções e se compromete a evitá-las. A discussão expõe uma avaliação do jornal sobre um elemento da elaboração, como nas ll. 4-6, em que o redator avalia que as incorrecções decorreriam do carácter trabalhoso da produção do jornal e que só o hábito e o tempo resolveriam o problema. Já a contextualização apresenta o contexto em que se insere a transmissão de mensagem feita na elaboração, como na carta em (2), também centrada em um único tópico:

- (2) [CONTEXTUALIZAÇÃO] Pàra em nosso poder uma correspondencia, cujo illustre Autor se intitula 1  
“Inimigo de quem ralha” que não inserimos por não vir com os requisitos precisos para nos desligarem 2  
de toda a responsabilidade, e por outros motivos [...]. 3
- [ELABORAÇÃO] Por occasião d'isto prevenimos a todos os Senhores, que se dignarem dirigir-nos 4  
correspondencias, e que não forem particularmente de nós conhecidos, que fação reconhecer suas 5  
assignaturas [...]. (*Farol Paulistano*, 25/04/1827; Zanin, 2018, p. 63). 6

Segundo Zanin (2018), as ll. 1-3 relatam que dada carta de leitor teria deixado de ser publicada por falta de identificação apropriada (entre outros motivos), trecho tomado como contexto diante do qual as ll. 4-6 fazem uma recomendação editorial, a de que os leitores enviem correspondências devidamente assinadas. Assim, a autora analisa a primeira parte como contextualização e a segunda, como elaboração.<sup>8</sup>

Já em editoriais do século XIX ao XXI, a organização tópica, segundo Penhavel

---

<sup>7</sup> Ao longo do artigo, o termo “linha” e seu plural estão abreviados respectivamente como “l.” e “ll.”

<sup>8</sup> Optamos por não detalhar a regra geral das cartas, já que o foco está na regra típica dos editoriais e em sua presença também nas cartas – sobre a organização tópica das cartas, ver Zanin (2018).

(2022), segue uma regra geral diferente: a maioria dos editoriais tem complexidade intertópica, apresentando entre três e cinco SegTs, e cada SegT normalmente contém uma unidade de *posição*, que expressa de modo mais geral (sintetiza) o tópico do SegT, a qual é seguida e/ou precedida de uma ou mais unidades de *suporte*, cada uma focada em desenvolver (discorrer sobre) o tópico do SegT, mediante uma dada especificação temática:

- (3) [POSIÇÃO] Assume proporções verdadeiramente alarmantes a quantidade de pernilongos que actualmente infestam a nossa capital. 1 2
- [SUPORTE 1] Não ha memoria de uma invasão assim consideravel e assustadora desses insectos [...] nunca se registou sua presença em quantidades tão prodigiosas [...]. 3 4
- [SUPORTE 2] Quer de dia, quer de noite, nos cafês, nas lojas, nos theatros, nos escriptorios, nas ruas, nas praças, nos hotéis, nas residencias [...] la o vao assaltar um exercito dos trombeteantes culicideos [...]. (*O Estado de S. Paulo*, 27/04/1923; Penhavel, 2022, p. 80). 5 6 7

Como analisa Penhavel (2022), o SegT em (3) é o primeiro de uma sequência de quatro SegTs que compõem um editorial relativo a uma infestação de pernilongos. O SegT em pauta centra-se na proporção alarmante da infestação. As *ll.* 1-2 concentram-se justamente em sintetizar esse tópico, constituindo unidade de posição. As *ll.* 3-4 formam um suporte, já que desenvolvem o tópico, abordando especificamente a superioridade da infestação em relação a outras anteriores. As *ll.* 5-7 formam outro suporte, pois também especificam o tópico da proporção alarmante da infestação, agora no que tange à sua grande amplitude temporal e espacial.

Segundo o autor, entre posição e suporte podem ser estabelecidas relações de sentido de diferentes tipos, porém, nos editoriais analisados, essas unidades normalmente mantêm entre si uma relação argumentativa que o autor procura captar referindo-se a essas unidades em termos de *tese* (ou *conclusão*) e *comprovação* (ou *argumento*) respectivamente.<sup>9</sup> Ao abordar posição e suporte nessas acepções, o autor firma-se em Schiffrin (1987), estudo situado em outro campo (a Análise do Discurso Americana), mas, para Penhavel (2022), amplamente compatível com a ADT.

Schiffrin (1987) concebe o que trata como as *modalidades argumentativa e narrativa* como sendo formas elementares de estruturação textual e assume *posição* e *suporte* (usando essa nomenclatura) como as unidades de estruturação de textos argumentativos (textos

<sup>9</sup> Casos em que posição e suporte não se atualizam conforme tese e argumento incluem, por exemplo, ocorrências em que o suporte formula uma preparação retórica para a enunciação da posição, ocorrências em que o suporte veicula uma consequência da posição, uma ressalva em relação à posição, um parêntese, entre outras opções. Para casos como esses, ver Penhavel (2022) e Valli (2017).

narrativos, por sua vez, já são estruturados pelas unidades de *figura e fundo*). A posição é uma afirmação geral com cuja verdade o locutor compromete-se. Inclui uma ideia (informação descritiva sobre situações, estados, eventos ou ações) e o comprometimento do locutor com essa ideia (o qual pode manifestar-se pela realização, em si, de ato de fala assertivo ou pode ser explicitado). O suporte é qualquer informação, empírica ou logicamente baseada, tomada para justificar a verdade da posição (para convencer o ouvinte da credibilidade da posição), como experiências pessoais, dados empíricos, analogias, provas silogísticas etc.<sup>10</sup>

O uso de posição e suporte como tese e argumento pode ser visto em (3). A posição veicula uma informação geral sobre um evento, o fato de a infestação assumir proporções alarmantes, com cuja verdade o editorialista compromete-se (mediante ato de fala assertivo em si). Os suportes fornecem informações específicas, empiricamente baseadas, para justificar a proporção alarmante da infestação (dados empíricos sobre o histórico de infestações e sobre sua amplitude temporal e espacial). Também o SegT em (4), de Penhavel (2022), ilustra o uso de posição e suporte como tese e argumento:

- (4) [POSIÇÃO] Existe um setor da economia brasileira – e da mundial – em que ninguém fala de crise. No campo das fontes alternativas de energia, o vento só sopra a favor. 1 2
- [SUPORTE 1] Em 2015, as novas turbinas eólicas erguidas no mundo agregaram 63 gigawatts (GW) à capacidade instalada de geração elétrica. É o equivalente a quase seis usinas como Belo Monte e acarretou um investimento de US\$ 329 bilhões. 3 4 5
- [SUPORTE 2] Nesse mesmo ano, enquanto o PIB brasileiro se retraía 3,8%, a geração de energia eólica avançava impressionantes 77,1%. [...]. 6 7
- [SUPORTE 3] O desempenho da energia eólica [...] firmou-se à frente da fatia das usinas nucleares [...] na produção nacional. (*Folha de S. Paulo*, 01/08/2016; Penhavel, 2022, p. 89). 8 9

Para Penhavel (2022), a posição em (4), como prevê a caracterização argumentativa de Schiffrin (1987), expressa uma afirmação com cuja verdade o editorialista compromete-se, a ideia de que o campo das fontes alternativas de energia exibiria pleno sucesso. Os suportes oferecem informações interpretáveis, de fato, como formas de justificar a verdade da posição, listando dados empíricos para esse fim: a contribuição do sistema eólico para ampliação da geração elétrica; o avanço da geração eólica em fase de retração do PIB brasileiro; a

---

<sup>10</sup> A noção de posição no sentido de tese empregada em Penhavel (2022) pode ser aproximada ao estatuto discursivo-argumentativo de enunciados que mantêm com outros a relação que Koch (1984) chama de *conclusão*; já o uso do suporte no sentido de argumento corresponde ao estatuto de enunciados que mantêm com outros as relações que a autora chama de *explicação, justificativa e comprovação*.

superioridade da energia eólica sobre a nuclear.

A seguir, mostramos que também cartas de redator oitocentistas já continham SegTs estruturados em posição e suporte, usadas, inclusive, no sentido de tese e argumento.

### **3 Análise de dados: a regra posição-suporte como ponto de contato entre cartas de redator e editoriais**

Como introduzido anteriormente, este artigo está assentado na hipótese de que o atual editorial de jornal teria se desenvolvido, em grande medida, a partir de cartas de redator do século XIX. Partindo dessa hipótese, comparamos, no presente trabalho, a organização tópica de cartas de redator paulistas do século XIX com a trajetória da organização tópica de editoriais paulistas publicados do século XIX ao XXI. Para esse cotejo, utilizamos resultados de Penhavel (2022), que analisa a referida trajetória de editoriais, e de Zanin (2018), que descreve uma amostra de cartas de redator do século XIX; aos resultados desse trabalho sobre cartas, incorporamos dados de nossa pesquisa, que examinou uma amostra complementar de missivas oitocentistas.

Penhavel (2022) estuda editoriais representativos de quatro fases: 2ª metade do século XIX, 1ª e 2ª metades do século XX e começo do XXI, sincronias a que iremos nos referir como *19-2*, *20-1*, *20-2* e *21-1*. O material usado pelo autor para averiguar as três primeiras sincronias foi extraído do jornal *O Estado de S.Paulo*, sendo assim constituído: 24 editoriais distribuídos entre 1875 e 1886; 24 editoriais de 1923 a 1928; 24 textos de 1973 a 1978. O material da sincronia 21-1 compreende 15 exemplares d'*O Estado de S.Paulo* e mais 10 exemplares da *Folha de S.Paulo*, veiculados no ano de 2016.<sup>11</sup>

O trabalho de Zanin (2018) e nossa investigação lançam mão de um *corpus* de textos oitocentistas compilado em Barbosa e Lopes (2002), que inclui um total de 118 cartas de redator, publicadas de 1827 a 1900 nos jornais paulistas mais importantes do período, como *Farol Paulistano* e *Correio Paulistano*. Desse conjunto de 118 exemplares, 81 cartas foram investigadas em Zanin (2018), e as demais 37 missivas foram, então, examinadas em nosso estudo.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Penhavel (2022) explica pormenores acerca do *corpus* de editoriais usado em sua pesquisa.

<sup>12</sup> Zanin (2018) discrimina e descreve em detalhes os 81 exemplares de seu estudo, que foram selecionados por atenderem a um mesmo padrão: são todos textos com unicidade tópica e que seguem tipicamente a regra tópica *contextualização-elaboração-discussão*. Como informa a autora, as demais 37 missivas não foram descritas naquele trabalho porque, sob exame prévio, constatou-se que esses exemplares, em algum aspecto, não atendiam ao padrão, sendo, assim, retirados da amostra, selecionada justamente para descrição do padrão tópico do gênero; ou ainda porque se tratava de exemplares de mais difícil compreensão, naquele estágio de

No restante do artigo, iremos considerar o conjunto completo de 118 cartas como representativo de uma sincronia que chamaremos de *19-1/2*, já que o material incluiu textos da primeira e da segunda metade do século XIX. Assim, o intervalo temporal em análise recobre a seguinte sequência de fases:  $19-1/2 > 19-2 > 20-1 > 20-2 > 21-1$  (sendo a amostra *19-1/2* constituída por cartas e as demais, por editoriais).

Conforme citado, Zanin (2018) identifica, como padrão tópico das cartas oitocentistas, a regra contextualização-elaboração-discussão (detectada nas 81 cartas analisadas, cada uma equivalente a um SegT). Já Penhavel (2022) apura a regra posição-suporte como padrão dos editoriais (presente em percentual sempre acima de 70% nas diferentes sincronias). Portanto, esses trabalhos ressaltam que cartas e editoriais, em grande medida, têm comportamentos tópicos distintos.

No entanto, nossa investigação, como mencionado, revela uma intersecção entre esses textos. As 37 cartas de nossa amostra resultam em 54 SegTs.<sup>13</sup> Parte desses SegTs (20 casos) estrutura-se pela própria regra contextualização-elaboração-discussão e outra parte (12 SegTs), por alguma variação dessa regra (mediante inversão da ordem das unidades, por exemplo); ainda, nove SegTs exibem estruturas diversificadas. Todavia, apuramos que 13 SegTs estruturam-se justamente pela regra posição-suporte (usada inclusive no sentido mais particular de tese-argumento). É verdade que se trata de índice quantitativo baixo – somando os 81 SegTs de Zanin (2018) com os 54 de nossa pesquisa, obtém-se o total de 135 SegTs no *corpus* completo de cartas, dos quais os 13 SegTs organizados em posição e suporte representam apenas 9,6%. A apuração, contudo, é significativa em termos qualitativos, por mostrar a existência de um aspecto em comum entre as cartas e os editoriais, constatação central de nossa pesquisa. O SegT em (5) ilustra o fato:<sup>14</sup>

---

entendimento das cartas. O conjunto de 37 textos foi, então, escolhido para a presente investigação, sob a expectativa (de fato, confirmada) de que esse grupo de textos, com organização tópica variada e mais distinta do padrão, poderia fornecer pistas relevantes sobre a relação diacrônica entre as cartas e outros textos a elas relacionados, como os editoriais. Essas 37 missivas, no *corpus* de Barbosa e Lopes (2022), são discriminadas pela seguinte numeração: 398, 401, 402, 406, 408, 414, 415, 420, 423, 426, 430, 431, 432, 433, 434, 437, 479, 488, 494, 495, 496, 497, 500, 501, 503, 506, 531, 533, 534, 535, 536, 537, 539, 545, 549, 565, 567.

<sup>13</sup> O total de 54 SegTs explica-se da seguinte forma: das 37 cartas que analisamos, 24 exemplares têm, cada um, 1 SegT, resultando em 24 SegTs; 10 exemplares têm 2 SegTs, totalizando 20 SegTs; 2 exemplares têm 3 SegTs, inteirando 6 SegTs; e 1 exemplar tem 4 SegTs. Esses valores resultam na soma dos 54 SegTs de nossa pesquisa (24 + 20 + 6 + 4).

<sup>14</sup> Em cada SegT transcrito como exemplo, os destaques em itálico são nossos e indicam as partes do SegT mais relevantes para a análise tópica apresentada.

(5)	[POSIÇÃO] Todos que se achão encarregados de empresas d'esta natureza não ignorarão quão difficil é vencer taes embarços e por isso muito nos admiramos de que o " <i>Mercantil</i> " d'esta cidade [...] nos queira envolver na sua mania de tudo censurar sem criterio.	1 2 3
	[SUPORTE 1] Não fazemos do jornalismo empresa industrial; felizmente nenhum dos redactores da "Aurora Paulistana" precisa de seu rendimento para viver; e empresas d'esta natureza em São Paulo não deixão grandes lucros.	4 5 6
	[SUPORTE 2] Se invocamos a coadjuvação de todos os nossos correligionarios politicos é porque desejamos estabelecer n'esta cidade um orgão de suas ideas; e desde que possamos contar com grande numero de assignaturas abaixaremos a importancia d'ellas;	7 8 9
	[SUPORTE 3] de algumas faltas que tenhamo apparecido, e ainda tenhamos talvez de encontrar serão os nossos assignantes devidamente indemnizados. [...]. ( <i>Aurora Paulistana</i> , 25/03/1852; Barbosa; Lopes, 2002; grifos nossos).	10 11

Esse SegT integra uma carta que aborda problemas do jornal *Aurora Paulistana*, estando a missiva dividida em dois SegTs: o primeiro relata dificuldades editoriais enfrentadas pelo jornal e o segundo, reproduzido em (5), remete a censuras sem critério que o jornal teria recebido de outro periódico (o *Mercantil*).

Inicialmente, observe-se que, em (5), é possível reconhecer a estrutura posição-suporte em seu sentido mais elementar de expressão geral (síntese) *versus* desenvolvimento específico do tópico de um SegT mínimo. Nas ll. 1-3, o redator expressa a temática de que o jornal *Mercantil* teria feito *censuras sem critério* (como se vê principalmente na parte em itálico no exemplo), e o redator faz isso apenas de modo mais geral, sem ainda especificar quais seriam as censuras ou qual teria sido a falta de critério. No restante do SegT, a temática é desenvolvida, sendo especificada de três formas diferentes (ll. 4-6, 7-9, 10-11). Por exemplo, nas ll. 4-6 é possível depreender que o *Mercantil* teria acusado a *Aurora* de tentar obter lucro pela atividade jornalística, o que é uma censura específica, contra a qual a *Aurora* afirma que não atuaria como empresa, o que configura uma falta de critério específica. Desse modo, a temática da *censura sem critério* atravessa todo o SegT, adquirindo o estatuto de tópico, e a oposição entre a expressão mais geral (ll. 1-3) *versus* o desenvolvimento mais específico desse tópico (ll. 4-6, 7-9, 10-11) instaura justamente a distinção entre posição e suporte (no caso, três suportes).

O SegT ilustra ainda o emprego de posição e suporte no sentido particular de tese e argumento. Com efeito, é possível perceber, em (5), um texto centrado em argumentar e defender os interesses, os valores, a honra do jornal. Nesse aspecto, o SegT (que é de missiva oitocentista) já aproxima-se do editorial jornalístico, caracterizado por argumentar em defesa de posicionamentos do próprio jornal, como em (3) e (4) acima, e começa a distanciar-se da carta de redator prototípica, focada em tratativas práticas e pontuais entre a redação e o

leitor/assinante, como se vê em (1) e (2).

Nesse sentido, o fragmento nas *ll.* 1-3 pode ser lido como uma informação geral e positiva sobre a *Aurora* – as censuras recebidas não teriam critério – que o redator veicula para estabelecer isso como a verdade e defender o periódico, nos moldes do conceito de posição dado por Schiffrin (1987) (seção anterior), que define a unidade como uma afirmação geral com cuja verdade o falante compromete-se. Similarmente, os excertos seguintes (*ll.* 4-6, 7-9, 10-11) podem ser lidos como suportes também nos termos argumentativos da autora, que define a unidade como uma informação, empírica ou logicamente baseada, usada para justificar a verdade da posição.

De fato, os três excertos fornecem informações sobre posturas e planos do jornal, baseadas em conhecimento empírico do redator, interpretáveis como formas de sustentar a posição de que as censuras não teriam critério: as *ll.* 4-6 afirmam que a *Aurora* não faz do jornalismo empresa industrial, o que pode ser visto como uma forma de o periódico desqualificar (e se defender de) uma provável censura (não explicitada no texto) de que o jornal atuaria como empresa (possivelmente tentando obter lucro pela prática jornalística); as *ll.* 7-9 afirmam que o jornal invoca a participação de correligionários políticos para estabelecer na cidade um órgão de suas ideias, o que também parece desbancar alguma censura do *Mercantil* de que a *Aurora* tentaria conseguir muitos assinantes – o excerto acrescenta a informação de que o jornal, inclusive, planeja reduzir o valor das assinaturas, caso obtenha mais assinantes, novamente desmerecendo a censura relativa à busca por assinantes; igualmente, as *ll.* 10-11 informam que os assinantes serão indenizados por erros do jornal, em contraposição a provável censura sobre a questão.

O SegT em (6) também organiza-se em posição/tese e suporte/argumento:<sup>15</sup>

(6)	[POSIÇÃO] <i>Não podemos porém deixar de protestar [...] contra a despeitosa e ofensiva [proposição] de que a nossa imprensa está abastardada.</i>	1 2
	[SUPORTE 1] <i>Dezejarmos que o correspondente demonstrasse com lealdade esta sua proposição, visto que hoje mais que nunca esta folha tem sobejas provas de que não recebe inspirações, de que nao respeita prejuizos e conveniencias mal entendidas. [...].</i>	3 4 5
	[SUPORTE 2] <i>E se até hoje ignora a nossa bandeira custa-nos pouco a desenrolal-a: São Paulo e sua prosperidade; respeito à lei e as instituições juradas; guerra implacavel aos abusos, malversações, ao patronato e ao predomínio dos interesses pessoais. [...]. (Correio Paulistano, 1855; Barbosa; Lopes, 2002; grifos nossos).</i>	6 7 8

---

<sup>15</sup> Em (6), na *l.* 1, após a coordenação de adjetivos “despeitosa e ofensiva”, entendemos que esteja implícito (ou que teria faltado na digitalização da carta) algum substantivo como “proposição” (que, aliás, aparece logo adiante, na *l.* 5), necessário para a compreensão do fragmento nas *ll.* 1-2.

Esse SegT é o segundo de uma carta centrada em críticas que o *Correio Paulistano* teria recebido de um correspondente de outro periódico. O primeiro SegT da missiva aborda o respeito do *Correio* por opiniões divergentes. Já o segundo, transcrito em (6), destaca a necessidade de protestar contra uma das críticas, a de que o *Correio* estaria abastardado, e defende posicionamento contrário.

Nesse contexto, as *ll.* 1-2 podem ser vistas como posição/tese. Na medida em que o redator afirma que não pode deixar de protestar contra a proposição (crítica) de que o *Correio* estaria abastardado e ao classificá-la como despeitosa e ofensiva, pode-se depreender seu compromisso com a verdade de que o jornal não esteja abastardado, o que faz ainda em termos mais gerais, pois apenas enuncia tal posicionamento, sem ainda especificar informações para justificá-lo. Já a sequência do SegT especifica afirmações que podem ser interpretadas exatamente como justificativas. As *ll.* 3-5 asseveram que o jornal “tem sobejas provas de que não recebe inspirações, de que não respeita prejuízos e conveniências mal entendidas”, o que, de fato, pode ser tomado como um dado particular positivo acerca do *Correio* e, portanto, compatível com a posição/tese mais geral, também favorável ao *Correio*, de que o periódico não estaria abastardado. O mesmo verifica-se nas *ll.* 6-8, na listagem de princípios do jornal (“São Paulo e sua prosperidade”, “respeito à lei” etc.), a qual pode ser entendida como uma informação particular, igualmente favorável ao periódico. Portanto, entre as *ll.* 1-2 e o restante do SegT, é possível reconhecer uma distinção entre uma abordagem mais geral (posição) *versus* mais específica (suporte) do tópico (o caráter não abastardado do *Correio*), assim como, particularmente, uma distinção entre uma tese e seus argumentos.

Ainda o SegT em (7) estrutura-se em posição/tese e suporte/argumento:

- |     |  |                    |
|-----|--|--------------------|
| (7) | [POSIÇÃO] Em um dos dias passados <i>recebemos com surpresa participação de haver sido assignado com o Senhor Louzada o contrato para a publicação do expediente, visto que não tinha de nossa parte apparecido proposta para aquella publicação.</i>  | 1<br>2<br>3        |
|     | [SUPORTE 1] <i>Surpreendeu-nos esta razão, porque não se tendo afixado os editaes convidando concorrentes, como é de costume e de lei não podia ter logar a seguinte disposição do orçamento vigente: “Com a impressão dos papeis do expediente, &amp;c., que o governo contratará com quem melhores condições offerecer – 2:400\$000 réis”.</i>   | 4<br>5<br>6<br>7   |
|     | [SUPORTE 2] <i>Ora, não era possível que recebessemos sem espanto o acto do Senhor Doutor Almeida, não só porque contém manifesta infracção de lei; como por que sabemos que Sua Excelência difficilmente se afasta dos arestos que lhe deixaraos seus antecessores na administração. (Correio Paulistano, 29/07/1857; Barbosa e Lopes, 2002).</i> | 8<br>9<br>10<br>11 |

Esse é também o segundo SegT de uma carta (que tem quatro SegTs). O TG da missiva é o encerramento, por iniciativa da presidência da província de São Paulo, da publicação de seu expediente no *Correio Paulistano*. O SegT em (7) foca, como tópico, a surpresa do *Correio* com o fato de a presidência da província ter assinado contrato com outro periódico por falta de proposta do *Correio*. O citado “Senhor Louzada” é o novo responsável pela publicação do expediente, e o referido “Senhor Doutor Almeida” é a pessoa a quem o jornal atribui a responsabilidade pela decisão da presidência. Nesse contexto, note-se que as *ll.* 1-3 apenas enunciam a surpresa do jornal com o referido fato, enquanto as *ll.* 4-7 e 8-11 especificam a surpresa, associando-a à identificação de irregularidades, como falta de editais de concorrência, o que instaura a distinção básica entre posição e suporte, em termos de abordagem geral e específica do tópico. E essas unidades se realizam como tese e argumento, o que, no caso, fica explicitado pelo articulador textual *porque*, comumente introdutor de justificativa, que faz a articulação entre a posição e ambos os suportes: “surpreendeu-nos esta razão, porque [...]” (*l.* 4); “não era possível que recebêssemos sem espanto o acto do Senhor Doutor Almeida, não só porque [...] como por que [...]” (*ll.* 8-9).

Em resumo, por meio dos exemplos em (5), (6) e (7), procuramos mostrar que, em cartas de redator oitocentistas, verifica-se realmente o uso da regra tópica posição/tese-suporte/argumento, típica dos editoriais.<sup>16</sup> Trata-se da constatação de um aspecto em comum entre esses textos, resultado que é condizente com a hipótese de continuidade diacrônica entre eles e que contribui para especificar como essa transição teria ocorrido, sugerindo que a adoção da regra nos editoriais pode ter sido desencadeada, entre outros fatores, por seu emprego nas cartas. De fato, os dados quantitativos de uso da regra nas cartas e nos editoriais também apontam nessa direção:<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Além dos três SegTs aqui analisados, os demais SegTs que, segundo nossa pesquisa, estruturam-se em posição/tese-suporte/argumento são os identificados a seguir (na identificação, o primeiro número é a numeração da carta em Barbosa e Lopes (2002) (por exemplo, 401, 423, 432 etc.), e o segundo indica a localização do SegT na sequência de SegTs da carta (SegT 1, SegT 2, SegT 3 etc.): 401-2, 423-1, 432-1, 434-1, 479-1, 497-1, 506-3, 531-1, 531-2, 533-1.

<sup>17</sup> Na tabela 1, na coluna das cartas, o total de 135 SegTs soma os 81 SegTs de Zanin (2018) e os 54 de nossa pesquisa. Os 13 SegTs estruturados em posição-suporte foram encontrados em nosso levantamento; os demais distribuem-se entre casos que seguem a regra contextualização-elaboração-discussão, variações dessa regra e formas diversas. As colunas dos editoriais são preenchidas com dados de Penhavel (2022). Por exemplo, para a sincronia 19-2, o autor analisa 67 SegTs (resultantes dos 24 editoriais, acima indicados, que compõem a amostra dessa fase), dos quais 53 seguem a regra posição-suporte, e os demais seguem outros esquemas tópicos, não informados pelo autor.

**Tabela 1** – Formas de organização intratópica em cartas de redator e editoriais.

Estruturas tópicas \ Textos/sincronias	Cartas de red.	Editoriais			
	19-1/2	19-2	20-1	20-2	21-1
<b>Posição/tese-suporte/argumento</b>	9,6% (13/135 SegTs)	79,1% (53/67 SegTs)	72,2% (65/90 SegTs)	76,2% (77/101 SegTs)	100% (75/75 SegTs)
<b>Outras formas</b>	90,4% (122/135 SegTs)	20,9% (14/67 SegTs)	27,8% (25/90 SegTs)	23,8% (24/101 SegTs)	0% (0/75 SegTs)

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Observando o percurso dos editoriais, pode-se reconhecer uma tendência geral de aumento na incidência da regra posição/tese-suporte/argumento. Embora haja redução em seu índice de emprego de 19-2 para 20-1, nota-se, daí em diante, crescimento constante em sua frequência de uso, inclusive até o alcance, em 21-1, de seu uso na totalidade dos SegTs. Quando os dados das cartas são incorporados a esse percurso, como uma sincronia inicial (19-1/2), com base na hipótese de que as cartas encontram-se na origem dos editoriais, a curva ascendente de incidência da regra é mantida, já que a frequência da regra nas cartas é menor que nos editoriais, o que é congruente com a possibilidade de uma sequência diacrônica entre esses textos.

Deve-se admitir que a frequência de uso da regra sofre variação muito maior das cartas para os editoriais do que entre as sincronias dos editoriais, fato que poderia contrariar a ideia de uma continuidade entre esses textos, mas que, para nós, reafirma a ideia. Entre as sincronias dos editoriais, verifica-se a evolução de um gênero, sendo compreensível uma variação mais gradual de traços. Já das cartas aos editoriais, muda-se de um gênero a outro (ou de um subgênero a outro, dentro de uma categoria genérica mais ampla), sendo natural alguma mudança mais expressiva de traços. A nosso ver, na comparação entre as cartas e os editoriais, a detecção de uma mudança mais acentuada na incidência da regra é compatível justamente com a compreensão da carta como origem (uma “fonte de inspiração”) de um novo tipo de texto, o editorial (uma mudança mais sutil na incidência da regra poderia ser mais indicativa da passagem de uma fase a outra de um tipo de texto, do que sugestiva da transição de um tipo a outro). Nesse sentido, mostra-se plausível admitir que um aspecto secundário (pouco frequente) nas cartas poderia ascender a aspecto central (muito recorrente) em um outro tipo de texto, o editorial.

#### 4 Conclusão

Este artigo debruçou-se sobre a evolução histórica de editoriais paulistas, analisando em particular um elemento da construção textual desse gênero, a organização tópica, e assumindo que o atual editorial deriva, em boa medida, de cartas de redator do século XIX. O trabalho procurou identificar aspectos tópicos em comum entre cartas oitocentistas e editoriais publicados do século XIX ao XXI, entendendo que a existência de tais aspectos poderia representar uma influência das cartas sobre os editoriais. A esse respeito, os dados mostraram que, embora, normalmente, as cartas sigam uma regra tópica, e os editoriais sigam outra, há incidência significativa de cartas que seguem a regra típica dos editoriais, a estrutura posição/tese-suporte/argumento. Como discutido, a constatação sugere que os editoriais podem ter desenvolvido essa regra (entre outros fatores) por influência das cartas, o que é também indicado pela frequência da regra nesses textos. Trata-se, enfim, de resultados que reafirmam e especificam a hipótese de que teria ocorrido uma continuidade histórica entre cartas de redator e editoriais.

Como já explicitado, o propósito mais amplo do artigo é contribuir para a elucidação da história do editorial jornalístico, de modo a colaborar para uma maior compreensão desse gênero, tendo em vista a natureza fundamentalmente histórica de todo gênero, e para o ensino de língua portuguesa, sendo o editorial um gênero comumente trabalhado na escola. Nesse sentido, cabe ressaltar a expectativa do trabalho de propiciar maior reflexão e entendimento acerca do caráter argumentativo que marca o gênero editorial, propriedade textual que assinala também outros gêneros escolares (o artigo de opinião, a carta de leitor, a dissertação escolar etc.) e que pode ser tomada como um dos pilares das atividades de leitura e produção de textos no ensino de português.

De fato, diferentes autores reconhecem a finalidade de argumentar em defesa de posicionamentos do jornal como uma marca do editorial jornalístico. Lopes-Damasio e Jubran (2015, p. 4-5) remetem aos editoriais como “textos de natureza opinativa/argumentativa” que representam discursivamente a voz do jornal. Para elas, o jornal usa “a natureza fortemente argumentativa do texto [o editorial] [...] para apresentar seus objetivos e crenças e, assim, formar ou tentar formar a opinião dos leitores em relação a determinadas posturas políticas”. Gomes e Zavam (2018, p. 62) remetem ao editorial como sendo um texto “com uma tomada de posição, com sustentação de tese e apresentação de argumentos para justificá-la”, traços que, para as autoras, constituem “características

prototípicas do editorial”.

Conforme sugerem os resultados de nosso trabalho, o caráter argumentativo do editorial pode ter tido, como uma de suas fontes, a carta de redator oitocentista, na qual já é possível encontrar configurações textuais baseadas nas unidades tópicas de posição (tese) e suporte (argumento), que formarão a estrutura argumentativa característica do editorial. Nossa hipótese é a de que os jornais podem ter visto, no potencial argumentativo da regra posição-suporte, ainda pouco explorada na carta de redator, um mecanismo para defender seus posicionamentos e podem ter promovido esse recurso a aspecto central no editorial. Ou seja, o uso da regra nas cartas, apesar de pouco frequente, pode ter funcionado como um “gatilho” para a adoção (e valorização) de seu uso no editorial.

Embora este trabalho esteja concentrado em um gênero, nossa perspectiva é que ele possa atuar como fomento (e eventualmente modelo) para a prática de se buscar uma compreensão mais completa sobre os gêneros a partir do estudo de sua história, postura certamente produtiva para diferentes interessados na compreensão dos gêneros, especialmente professores de língua portuguesa. Como sugere o artigo, a busca de maior entendimento dos gêneros no estudo de sua história é certamente profícua também no que tange a outros gêneros, como a carta de leitor, também comumente trabalhada no ensino.

Similarmente ao editorial, a carta de leitor é geralmente reconhecida como um gênero argumentativo, no qual os leitores expressam suas opiniões sobre assuntos em pauta no jornal e na sociedade no momento. Guerra (2019, 2022) procede a uma detalhada análise diacrônica de cartas de leitor paulistas, apurando que, atualmente, esses textos, de fato, caracterizam-se, predominantemente, pela finalidade de expressar opinião. Não obstante, a autora mostra que nem sempre foi assim. No século XIX e início do XX, o gênero era caracterizado pelo predomínio da finalidade de denunciar problemas do dia a dia da população e solicitar soluções a respeito. A partir disso, a autora mostra como as cartas foram modificando-se, de modo a passarem, paulatinamente, da finalidade principal de denúncia/solicitação para a prevalência da finalidade de expressão de opinião, trajetória que certamente permite compreender, com mais completude e profundidade, o funcionamento atual do gênero.

Descrições como essa e como a fornecida neste artigo, ao procurarem, entre outros efeitos, oferecer contribuições para o ensino de português, filiam-se, em última instância, a uma iniciativa que vem sendo enfatizada no meio acadêmico, que é o alinhamento das pesquisas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

Em particular, o artigo procura atuar na direção de um dos ODS, Educação de Qualidade, com base na convicção de que o alcance de tal objetivo, no âmbito da disciplina de língua portuguesa, passa decisivamente pela forte ancoragem das atividades de ensino-aprendizagem nos gêneros textuais.

## Referências

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4ª ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBOSA, A. G.; LOPES, C. R. S. (org.). *Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do século XIX: cartas de leitor e de redator*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- GUERRA, A. R. Unidades linguístico-textuais e finalidades sociocomunicativas em cartas de leitores de jornais paulistas do século XIX. *Revista Veredas*, v. 2, n. 23, p. 106-125, 2019.
- GUERRA, A. R. A organização tópica em cartas de leitor paulistas. In: PENHAVEL, E.; CINTRA, M. R. (org.). *História do português brasileiro: diacronia dos processos de construção de textos*. São Paulo: Contexto, 2022, p. 38-67.
- GOMES, V. S. *Traços de mudanças e permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido*. Tese de Doutorado. UFP, Recife, 2007.
- GOMES, V. S.; ZAVAM, A. O editorial de jornal: revisitando a trajetória de um gênero. In: ANDRADE, M. L. C. V. O.; GOMES, V. S. (org.). *História do português brasileiro: tradições discursivas do português brasileiro: constituição e mudança dos gêneros discursivos*. São Paulo: Contexto, 2018, p. 44-81.
- JUBRAN, C. C. A. S. A Perspectiva Textual-Interativa. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006a, p. 27-36.
- JUBRAN, C. C. A. S. Revisitando a noção de tópico discursivo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 48, n. 1, p. 33-41, 2006b.
- JUBRAN, C. C. A. S. Tópico Discursivo. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006c, p. 89-132.
- JUBRAN, C. C. A. S. Uma gramática textual de orientação interacional. In: CASTILHO, A. T.; MORAIS, M. A. T.; LOPES, R. E. V.; CYRINO, S. M. L. (org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007, p. 313-327.
- JUBRAN, C. C. A. S. Diacronia dos processos constitutivos do texto. In: HORA, D. SILVA, C. R. (Org.). *Para a história do português brasileiro: abordagens e perspectivas*. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2010, p. 204-239.
- JUBRAN, C. C. A. S. et al. Organização tópica da conversação. In: ILARI, R. (org.).

*Gramática do português falado: níveis de análise linguística*. 4ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, p. 341-420.

JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

LOPES-DAMASIO, L. R.; JUBRAN, C. C. A. S. (org.). *A província de São Paulo/O Estado de São Paulo: Editoriais*. Assis: UNESP, 2015.

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO Z.; ALMEIDA, N. (org.). *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: Editora da UFBA, 2006, p. 505-527.

KOCH, I. G. V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, I. G. V. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, P. Tradições discursivas: de seu *status* linguístico-teórico e sua dinâmica (A. C. Costa, Trad.). *Pandaemonium*, v. 24, n. 42, p. 360-401, 2021.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. *Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor*. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

PENHAVEL, E. A organização tópica em editoriais paulistas. In: PENHAVEL, E.; CINTRA, M. R. (org.). *História do português brasileiro: diacronia dos processos de construção de textos*. São Paulo: Contexto, 2022, p. 68-101.

PENHAVEL, E.; CINTRA, M. R. (org.). *História do português brasileiro: diacronia dos processos de construção de textos*. São Paulo: Contexto, 2022.

PENHAVEL, E.; GUERRA, A. R. O processo de organização tópica em editoriais oitocentistas do jornal “O Estado de S. Paulo”. *Acta Semiótica et Linguística*, v. 21, p. 14-28, 2016.

PINHEIRO, C. L. *Estratégias textuais-interativas: a articulação tópica*. Maceió: EDUFAL, 2005.

SCHIFFRIN, D. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

VALLI, M. V. *O processo de organização tópica em dissertações escolares*. Dissertação de Mestrado. UNESP, São José do Rio Preto, 2017.

ZANIN, I. C. A. *O processo de organização tópica em cartas de redator de jornais paulistas do século XIX*. Dissertação de Mestrado. UNESP, São José do Rio Preto, 2018.

ZANIN, I. C. A.

ZAVAM, A. *Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva*. Tese de Doutorado. UFC, Fortaleza, 2009.